COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI N.º 7920, DE 2014

(Do Supremo Tribunal Federal)

“Altera dispositivos da Lei n.º 11416, de 15 de dezembro de 2006, Plano das Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências.”

EMENDA ADITIVA

Os §§ 6º e 8º do art. 5º da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º.....

§ 6º *Os critérios para o exercício de funções comissionadas e cargos em comissão serão estabelecidos em regulamento, observada em qualquer caso a correspondência entre a competência do cargo efetivo do servidor e as atribuições a ele cometidas através das funções e cargos em comissão, ressalvados o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, aplicando-se o disposto nos §§ 3º, 4º e 5º deste artigo quanto aos titulares de cargos em comissão de natureza gerencial.*

§ 8º *Nos Tribunais Regionais, o regulamento deverá observar a distribuição proporcional das funções comissionadas e cargos em comissão entre a Primeira e Segunda instâncias, de modo que o assessoramento da primeira tenha o mesmo tratamento da Segunda”. (NR)*

JUSTIFICAÇÃO

Inicialmente, há que se destacar que a Lei nº 11.416/2006 estabeleceu percentual mínimo a ser observado pelo administrador.

De outra banda, considerando o princípio constitucional administrativo da legalidade (competência), veiculado no dispositivo do art. 37 da CF/88, é insusceptível de se admitir que um servidor nomeado para cargo de nível fundamental ou médio, e portanto com competência para execução de tarefas de suporte técnico e administrativo e apoio operacional (art. 8º, I e II da Lei 11.416/2006), venha a desempenhar atribuições próprias do cargo de nível superior (analista judiciário), sob pena de esvaziar a própria razão de existência dos arts. 4º e 8º da Lei 11.416/2006, que tem por único escopo destacar a existência de **atribuições distintas** para os **distintos cargos** previstos no quadro de carreira que ora se pretende organizar.

Nesse diapasão, conveniente que se traga a baila, a definição dada por Celso Antônio Bandeira de Melo ao que seja cargo e função:

-Cargo público “é a mais simples e indivisível **unidade de competência** a ser expressada por um agente, previstas em número certo, com denominação própria, retribuídas por pessoa jurídica de Direito Público e **criada por lei**, salvo quando concernentes aos serviços auxiliares do Legislativo, caso em que se criam por resolução da Câmara do Senado, conforme se trate de serviços de uma ou de outra dessas casas”.

-Função pública “é um plexo unitário de **atribuições, criados por lei, correspondentes a encargos** de direção, chefia ou assessoramento, a serem exercidas por **TITULAR DE CARGO EFETIVO**, da confiança da autoridade que as preenche (art. 37, V, da Constituição, com a redação dada pela emenda n. 19 de 04.06.1998). Ainda:

“fere o princípio inscrito no art. 37, II, da Constituição Federal, a atribuição, independentemente de concurso público, dos vencimentos de cargo superior que haja desempenhado, por desvio de função

servidor” (STF – 1ª T. – RE n. 219934 – Rel. Min. Octávio Gallotti – j. 14.06.2000 – DJ 16.02.2001 – p. 140).”

Logo, as **funções** só poderão ser exercidas por quem detenha a **competência** (cargo efetivo) para a realização dos respectivos deveres-poderes, ou seja, a quem **a lei** cometeu as prerrogativas para o seu exercício.

*Daí o porquê da inviabilidade do exercício de **atribuições de nível superior**, por quem tenha **titularidade de cargo de nível médio**, e por consequência lógica, competência apenas para o exercício de **atribuições de nível médio**, e assim sucessivamente.*

Cumprе salientar, ainda, que a autorização de tal prática evidenciaria burla (desvio de função – **crime**) ao sistema conquistado pela sociedade brasileira e incorporado na Constituição de 1988.

Implica, inclusive, em prática discriminatória (vedada constitucionalmente), posto que afinal, a designação para as funções, além de não corresponderem às atribuições dos cargos, **são fundadas em motivos particulares que não respeitam o princípio isonômico constitucional, representando a negativa de eficácia ao democrático e ético preceito do art. 37, caput, II e § 2º, CF/88** (lançando no limbo da história todo o esforço de democratização e moralização da administração pública incorporado na CF/88).

Por fim, realçamos que não há na ordem jurídica vigente, definição para o que seja “*situações constituídas*”, como substanciado no § 8º que se pretende ver alterado, se não for aquela fórmula homenageada na regra do art 5º, XXXVI, da CF/88.

De outro norte, afigura-se discriminatória a prática corrente e recorrente dos Tribunais em atribuir à primeira instância funções mais modestas que aquelas atribuídas à Segunda instância, de modo a impingir ao servidor de primeira instância a categoria de 2ª classe, em franca quebra do princípio da isonomia constitucional.

Dessa forma, impõe-se a adequação da redação dos §§ 6º e 8º do art. 5º, como ora proposto, para que se afaste a inadequação sistêmica e lógica da Lei nº 11.416/2006.

Assim sendo, espero poder contar o apoio dos meus pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Comissões, em 20 de outubro de 2014.

Deputado Izalci
PSDB/DF

NGPS.2014.10.16